

## Caderno de Cidadania: Por uma Educação Cidadã

*Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira* (\*)

*Maria de Lourdes Alves Lima Zanatta* (\*\*)

*Maiti Mattoso Fontana* (\*\*\*)

*Simone Cristina Davel* (\*\*\*\*)

*Lívia C. Lima* (\*\*\*\*\*)

*Rodrigo Fuck Giostri* (\*\*\*\*\*)

*Tareg Elmaslú* (\*\*\*\*\*)

*Vânia do N. Scheren* (\*\*\*\*\*)

### Histórico do programa para a formação da cidadania infanto-juvenil

Tudo começou no ano de 2002 com o Projeto “*Cidadania e Meio Ambiente na Escola: A Cartilha do Cidadão Mirim*”, no qual se trabalhou a temática do exercício da cidadania nas questões ambientais junto aos alunos da Escola Básica Arribá no Bairro Praia Brava/Itajaí/SC. O aludido projeto teve como objetivo construir conhecimentos em prol da formação do cidadão, reconhecimento e exercício de direitos/deveres e mobilização comunitária em prol da temática ambiental. Este projeto inicial integrava o Programa de Monitoramento Ambiental Voluntário (MAV) – desenvolvido pela equipe do Laboratório de Educação Ambiental (LEA) do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) – a fim de complementar as atividades desenvolvidas pelo mesmo, orientado à Educação Ambiental e baseando-se na formação do “Clube Olho Vivo”, um clube de monitores mirins voluntários da escola. O Programa, enquanto proposta de Educação Ambiental Comunitária fundamentava-se na Pedagogia da Autonomia (que falaremos adiante) e teve como ponto de partida a realidade socioambiental da própria escola.

Como resultado da experiência no “Clube Olho Vivo”, identificaram-se temas, a serem trabalhados com as crianças, que incentivassem o exercício da cidadania nas questões ambientais,

---

(\*) Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora dos cursos de graduação em Direito, em Ciências Sociais e em Medicina da Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

(\*\*) Mestre em Relações Internacionais Sociais e Econômicas pela Universidade do Minho – Portugal e professora do curso de graduação em Direito da Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

(\*\*\*) Acadêmica do Curso de graduação em Engenharia Ambiental da Univali.

(\*\*\*\*) Acadêmica do Curso de graduação em Direito da Univali.

(\*\*\*\*\*<sup>a</sup>) Acadêmica do Curso de graduação em Direito da Univali.

(\*\*\*\*\*<sup>a</sup>) Acadêmico do Curso de graduação em Direito da Univali.

(\*\*\*\*\*<sup>a</sup>) Acadêmica do Curso de graduação em Ciências Sociais da Univali.

(\*\*\*\*\*<sup>a</sup>) Acadêmica do Curso de graduação em Engenharia Ambiental da Univali.

ponto de partida para a aplicação de metodologia específica e adequada para a construção de conhecimentos que formassem a consciência cidadã no dito clube, para que pudessem ser agentes transformadores de seu contexto sócio-ambiental. Produziu-se um modelo piloto de cartilha sobre cidadania e meio ambiente direcionada ao público infanto-juvenil que poderia ser utilizada como instrumento para a formação da consciência cidadã.

Esta foi a segunda etapa do projeto na qual a proposta de Cartilha construída na Etapa 1 foi testada e aprimorada junto aos professores e alunos, para que pudesse se constituir em material pedagógico para as escolas. Visou-se, ainda, desenvolver atividades voltadas aos professores no intuito de capacitá-los para incorporar temas ligados à cidadania nas suas disciplinas, e estimulá-los a uma maior interação com as atividades desenvolvidas pelo projeto.

Paralelamente a este projeto, estavam em desenvolvimento dois outros projetos de extensão em outro bairro da cidade, o bairro Nossa Senhora das Graças, com objetivos e princípios semelhantes. “*Apre(e)ndendo a Cidadania: Direitos Humanos no Banco Escolar*” tinha seu foco de atuação na Escola Básica Carlos de Paula Seara e “*Ação Cidadã: Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente numa comunidade*”, atuava junto à Associação de Moradores deste mesmo bairro. A forma de inserção do tema cidadania se dava, nestes projetos, de diferentes formas. No caso do primeiro, a inserção se dava mediante uma parceria com a escola para que o tema da cidadania fosse desenvolvido no ensino fundamental, a partir dos alunos da 4ª série. A equipe do projeto, juntamente com as professoras do colégio, desenvolvia temas relativos ao conceito de cidadania através de várias dinâmicas e técnicas para que as turmas fossem estimuladas a criar o seu próprio conceito de cidadania, como princípio orientador da discussão sobre direitos humanos.

A finalização deste projeto foi a organização de uma passeata da escola até a Universidade para a apresentação de todos os trabalhos elaborados pelos alunos no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CEJURPS), com a participação da Coordenadora Pedagógica da escola, dos professores, amigos e familiares das crianças, monitoras do projeto e autoridades da Univali.

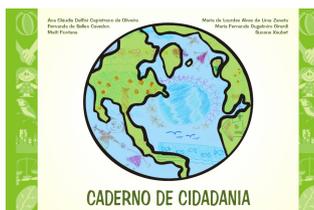
O último projeto, desenvolvido por uma professora e uma acadêmica do curso de Ciências Sociais da Univali, “*Ação Cidadã: Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente numa comunidade*”, também possuía um diferencial de atuação no que diz respeito ao acesso à cidadania, pois seu público-alvo não eram as crianças matriculadas nas escolas mas as crianças do bairro Nossa Senhora das Graças. Através da Associação de Moradores foi possível reunir as crianças, uma tarde por semana, para as oficinas sobre cidadania. As oficinas eram realizadas com 10 crianças entre 07 e 10 anos numa das salas da Associação com um único objetivo: apresentar o

Estatuto da Criança e do Adolescente de forma lúdica e interativa para que as próprias crianças discutissem o que entendiam por cidadania, e a partir disto, desenvolver uma conversa sobre direitos e deveres. O resultado disto foram desenhos impressionantes e de certa forma chocantes, que denunciavam a realidade da prostituição infantil e do alcoolismo que afetavam as famílias daquele bairro.

Diante desta realidade, era mister conjugar todos estes projetos num único programa que aprimorasse sua atuação comunitária em prol da cidadania participativa: O Programa de Formação para a cidadania infanto-juvenil. Nascia, no ano de 2004, o Programa de Formação para a Cidadania Infanto-juvenil. A equipe executora do projeto é composta por professores das áreas de Direito e Ciências Sociais, juntamente com acadêmicos dos referidos cursos e do curso de Engenharia Ambiental, que atuam junto ao público-alvo para captar as principais problemáticas locais. Finalmente, 2006 foi o ano da concretização de parte importante dos objetivos do Programa. A Cartilha do Cidadão Mirim se transformou em “Caderno de Cidadania” e teve sua publicação e catalogação com uma tiragem inicial de nove (09) mil cópias com recursos da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

A convite da Secretaria da Educação do Município de Itajaí, através de sua Coordenação de Projetos para o Ensino Fundamental, a primeira Oficina realizada que deu início às atividades do Programa de Formação foi a Oficina de Capacitação do Caderno de Cidadania realizada em julho de 2006 durante o *X Seminário Municipal de Educação: Escola, Espaço de Mudanças e Conquistas*, nas dependências da Univali. A Oficina, que totalizou uma carga horária de 8 horas com 81 participantes, dentre professores e gestores municipais, definiu os futuros parceiros do projeto. Das 13 escolas contactadas na Oficina, 6 firmaram parcerias e receberam 10 capacitações da equipe durante o primeiro semestre de 2007 além da doação de 4.000 Cadernos. Além das escolas, contamos com uma duas creches, uma Ong e uma entidade de acolhimento institucional que utilizam o Caderno, totalizando 10 parceiros.

### **O Caderno de Cidadania: uma nova proposta de educação com autonomia**



O Caderno de Cidadania fundamenta-se na pedagogia da autonomia e no princípio da cidadania participativa a fim de quebrar o estigma da criança como “cidadã do amanhã” para a construção de

uma cidadania do “presente”, que contemple a criança como agente atuante e transformador, e até mesmo multiplicador, de práticas e conhecimentos atinentes à sua realidade social.

Em Paulo Freire (2002, p.32), educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a História é um tempo de possibilidades. É um "ensinar a pensar certo" como quem "fala com a força do testemunho". É um "ato comunicante, co-participado", de modo algum produto de uma mente "burocratizada". No entanto, toda a curiosidade de saber exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o próprio discurso teórico terá de ser aliado à sua aplicação prática. É nesta forma de educar que segue o Programa, com o intuito de levar as crianças/adolescentes a identificarem dentro da sua realidade quais são os problemas e quais as soluções que podem ser por elas encontradas, com isto eles deixam de ser expectadoras e passam a ser autores de sua própria história. Ainda citando Freire (2002,p.59), esta é a primordial diferença entre “o ser condicionado e ser determinado”.

Desta forma, o Caderno possui conteúdos transversais que podem ser utilizados tanto pelos professores de várias disciplinas como por outros profissionais autônomos (ong's, conselhos municipais, projetos de extensão etc.) que tenham o compromisso de utilizar o Caderno conforme as diretrizes norteadoras que são passadas em uma capacitação prévia com a equipe do Programa. O Caderno de Cidadania está dividido em de três módulos principais:

1. *Módulo Um – Cidadãnia e Direitos Fundamentais*: Noções básicas de cidadania, família, identidade, comunidade e direitos humanos etc.
2. *Módulo Dois – Estatuto da Criança e do Adolescente*: Principais direitos das crianças e dos adolescentes e ECA; responsabilidades do Estado, da comunidade e da família, deveres das crianças e dos adolescentes; Medidas de Proteção e Medidas Sócio-educativas etc.
3. *Módulo Três – Cidadania Sócioambiental*: Noções básicas de cidadania ambiental, direitos e deveres socioambientais, ambientes e recursos ambientais protegidos, danos ao meio ambiente e conflitos ambientais, meios de ação socioambiental, o cidadão-fiscal, as transformações da paisagem e as relações sociedade/ambiente, as peculiaridades da Zona Costeira, agenda 21 etc.

Faz-se importante salientar que estes módulos trazem atividades que levam as crianças a criarem seus próprios conceitos, ou seja, o material não traz nenhum conceito pronto, é necessário que as crianças juntamente com o professor/facilitador, trabalhem no sentido de conhecimento do tema abordado e a partir disto evoluam criando seus próprios conceitos de cidadania, família, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Socioambientalismo e assim por diante.

O primeiro módulo do *Caderno* traz uma discussão sobre cidadania de forma criativa, superando a velha idéia de “direitos e deveres” que tanto estigmatizou o conceito de cidadania. Esta

discussão é perpassada pelo auto-conhecimento, ou seja, antes de falar em cidadão a proposta é que a criança/adolescente saiba se nominar, dizer quem ela é, qual a importância do seu nome, de desenhar a si mesma, mostrando à criança/adolescente a sua importância enquanto cidadão, valorizando sua história pessoal de vida e a história de sua família. Com esta discussão inicial já temos possibilidade de avançar nos conceitos de família e grupo social, referindo à diversidade dos modelos familiares para então pensar na diversidade dos grupos sociais. A partir de então é possível discutir a cidadania partindo da reflexão de quem é o cidadão, quem a criança/adolescente reconhece como cidadão e o que ele faz, a fim de estabelecer os seus critérios para a sua definição de cidadão e cidadã.

Por exemplo, no tópico Cidadania, o Caderno sugere a construção de um painel para colar figuras em dois lados – em um lado a criança/adolescente cola as figuras que considere relacionadas com o ser e o fazer do cidadão/cidadã, e do outro lado as figuras que considerem negativas de acordo com sua idéia de cidadão/cidadã. É a partir dessa atividade que a turma cria seu próprio conceito de cidadania, como mostram as páginas abaixo reproduzidas.

Durante todo este módulo as ações propostas caminham na direção de se pensar a cidadania aliada a movimentos sociais e à organização social, pois a criança terá que se deslocar de sua escola para pensar sua comunidade, sua casa, sua família, seus amigos, vizinhos, seu bairro etc... num esforço conjunto de análise que de fato promova tanto a interação com o cotidiano da criança/adolescente como a crítica deste mesmo cotidiano a fim de gerar ações de intervenção direta no sentido da crítica e do melhoramento do meio em que vive, e de como ela pode ser um agente transformador. Neste sentido, é salutar concordar com Freyre quando afirma que:

Pensar certo coloca o professor ou mais amplamente, à escola, o dever não só de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente constituídos na prática comunitária, mas também discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não estabelecer, uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 2002, p.33-34).

Entende-se que mais do que possuir um bom recurso teórico-metodológico, o Caderno deve retratar a realidade local propiciando uma reflexão a partir da própria percepção e vivência das crianças e adolescentes em suas comunidades, por exemplo, o problema dos pescadores artesanais e os diversos tipos de dano ao meio-ambiente, a falta de uma associação de moradores em alguns bairros, o desconhecimento da Agenda 21 Mirim e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, esclarecimentos acerca dos Direitos Humanos assim como da Constituição.

Para tanto, cita-se uma atividade que tem por objetivo estimular esta participação no bairro a fim de captar suas potencialidades e deficiências na forma de um “Monitoramento”. Se necessário, disponibiliza-se o instrumento reivindicatório do “abaixo-assinado”, quando então, após todo trabalho de reconhecimento da comunidade e a percepção do que é bom e do que ainda precisa ser melhorado, estas crianças/adolescentes são “apresentadas” a esta forma popular de reivindicação para “partir para a ação”.

Como fruto desta atividade foi realizado, em 2002, numa das escolas originárias do projeto, um abaixo-assinado por parte dos alunos da escola solicitando a construção de uma praça. As crianças participaram de uma Audiência Pública com o Prefeito quando então entregaram o documento. Hoje, após 6 anos, esta praça está no Orçamento Participativo da cidade. Outro exemplo também referente à uma escola local que, por conta da mobilização e reivindicação dos alunos, conseguiram para a escola um novo telhado. Mesmo quando não for possível a realização de todas as reivindicações, terá sem dúvida existido um exercício de participação e construção coletiva.

Percebe-se que a intenção é cultivar em cada criança/adolescente a curiosidade necessária para ir além, uma vez que educar criticamente é possível dentro deste contexto, e ainda aproximar educador e educando, eliminar a imagem do educador como apenas transferidor de conhecimento de maneira verticalizada, e que para os educandos muitas vezes passam como inacessíveis. Seguindo o conselho de Freyre:

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que o professor e alunos se assumam epistemologicamente (Freire 2002, p. 96).

Com a utilização do Caderno é possível trocar experiências e trazer assim o caráter socializante da escola. Assim, o escopo deste projeto é construir, de forma participativa, conhecimentos, habilidades e competências que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e ativos na defesa e proteção tanto de seus direitos fundamentais, assegurados pela Constituição, como do patrimônio ambiental, fazendo da escola não apenas espaço de apreensão de informações técnico-formais, e sim de formação e instrumentalização para a cidadania, pois educar é sobretudo formar.

Discutir cidadania no alvorecer do século XXI implica em esboçar respostas que dêem conta das amarras sociais que ainda emperram a participação de inúmeros grupos sociais ao acesso e vivência cotidiana da cidadania. Na grande maioria destes grupos sociais, estão crianças e adolescentes condenados à não-cidadania.

A escola pública é considerada por diversos segmentos sociais como o “maior patrimônio

popular de um país”, mas diante do descaso com a educação a palavra “popular” ganha estigmas como “popular é sinônimo de pobreza” e por isso as escolas públicas não precisam primar pela qualidade de ensino, uma vez que seus alunos já estão em condição de “subalternidade”<sup>2</sup>, ou como afirma Jessé Souza, já estão em condição de “subcidadania”<sup>3</sup>. Este estigma reduz o ensino a mero instrucionismo por meio do qual o conhecimento é “repassado”, “transmitido” aos alunos, o que gera uma atitude passiva diante do conhecimento e um imobilismo diante da própria sociedade.

Certamente que este estigma contribui para a desvalorização dos professores, tanto em termos de formação e remuneração como também contribui para desmotivá-los na superação de todo tipo de instrucionismo<sup>4</sup> e autoritarismo em sala que impeça o exercício da participação do aluno na conquista de sua cidadania. Assim, desde o início do projeto, foi necessário pensar sobre a forma como hoje se apresenta a cidadania no contexto escolar, afinal, como observa CANDAU *et alii* (1995, p. 14):

a escola, que deveria exercer um papel de humanização a partir da aquisição de conhecimentos e de valores para a conquista do exercício pleno da cidadania, tem muitas vezes favorecido a manutenção do *status quo* e refletido as desigualdades da sociedade, reforçando as diferenças entre ricos e pobres.

Ora, se a escola, em vez de humanizar e preparar para a cidadania reforça a desigualdade social e “desciviliza” o aluno, então é preciso começar do zero. Não adianta falar de participação, de conscientização (aliás, uma palavra bastante problemática) para uma criança ou um adolescente que não se sente assim, que não se vê nem como cidadão e nem como sujeito, nas palavras do sociólogo Pedro Demo: “Cidadania é a competência humana de fazer-se sujeito para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p.01). Estas palavras apresentam os dois pilares que norteiam o Caderno de Cidadania: em primeiro lugar, fazer-se sujeito para fazer história própria e, em segundo lugar, fazer história própria *mas* coletivamente organizada.

Se a escola é uma entidade representativa da sociedade civil, ela deve ser palco não só de discussão e diálogo, mas também de desenvolvimento de hábitos e atitudes transformadoras que podem, na sua persistência e continuidade, formar agentes transformadores de um bairro, de uma

---

<sup>2</sup> Para Demo, a condição de subalternidade é menos carência material do que incapacidade cidadã. O pobre é, sobretudo, subalterno quando aceita esta condição sem crítica, como situação imutável.

<sup>3</sup> A condição de subcidadania para Souza implica na naturalização da desigualdade social no Brasil, que reconhece os direitos e deveres do cidadão, mas o classifica de variadas formas, incluindo os pobres e principalmente os negros na categoria de subcidadão, isto é, cidadãos de segunda categoria.

<sup>4</sup> Como diz Demo, busca-se conhecimento e não educação. Na obra *Cidadania Pequena* (2001), Demo apresenta uma crítica severa ao instrucionismo, que entende a educação “como atividade de fora para dentro e de cima para baixo. Educação, no entanto só é genuína de dentro para fora e isto desde pelo menos Sócrates, quando defendia sua maiêutica. Aprender a desdobrar as potencialidades do ser humano, abrir novos horizontes, provocar a consciência crítica, levar ao saber pensar... (...) O problema do instrucionismo está em que alimenta a condição de massa de manobra à medida que torna o aluno passivo, subalterno, reprodutivo. Em vez de saber manejar o conhecimento com autonomia, contenta-se, em reproduzir como simples porta-voz ou marionete” (2001, p.92).

cidade, de uma nação e do mundo. Caso contrário, ao invés de avançarmos na conquista de uma cidadania ativa (BENEVIDES,1991) continuaremos reféns de uma cidadania tutelada e assistida (DEMO, 1995) marcada pelo compasso do mercado e da competitividade que, infelizmente, ainda são as marcas da educação pública no Brasil. Para mudar esta realidade, como Demo tem mostrado em suas obras, somente se houver:

...uma decidida conscientização e educação permanentemente qualificada em torno da formação e correto exercício da cidadania assim como o desenvolvimento comunitário. Neste sentido, torna-se improrrogável planejar e executar programas específicos capazes de favorecer a formação integral e harmônica, democrática, consciente e responsável mediante – entre outras alternativas – promoção e formação para cidadania; promoção da cultura e de uma educação que possibilite a todos os cidadãos a sua habilitação para ser pessoa digna, construtiva e solidária, comprometida mediante participação, responsável e generosa, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna, democrática e libertadora. (1995, p.180-181).

Outro autor central neste debate é Norberto Bobbio. Para o referido autor, na obra *A era dos direitos* (1992), não adianta falarmos da cidadania como mera retórica, este debate não se resume na justificação dos direitos do homem, já consagrados historicamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas falar em cidadania implica especialmente na proteção dos direitos e deveres e “no modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam constantemente violados” (1992, p.25). Para que haja essa devida e justa proteção, Bobbio (1992, p.45) mostra a necessidade premente de resolver o problema das desigualdades sociais a fim de se obter um eqüitativo desenvolvimento global da civilização humana:

Não se pode pôr o problema dos direitos do homem abstraíndo-o dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absoluto contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome. Só nesse contexto é que podemos nos aproximar dos direitos com senso de realismo.

Da mesma forma, Boaventura de Sousa Santos na obra *Democratizar a democracia* (2002), alude ao mesmo senso de realismo quando fala que o tempo atual é um tempo paradoxal, um tempo de regresso em todos os sentidos (escravatura, servidão, guerras, pandemias) sendo o principal deles, o sentido da palavra democracia. De fato, o sentido desta palavra se perdeu para grande parte das crianças e adolescentes em condição de pobreza com famílias que recebem até ½ salário mínimo, como fruto da chamada “questão social”, a maldita “herança histórica brasileira da desigualdade”.

Para fazer uma discussão sobre os direitos da criança/adolescente no Brasil com um mínimo de senso de realismo, temos que concordar com a historiadora Mary del Priore quando diz que esta história, desde a época colonial, é permeada mais pela violência do que pela educação “num país

onde, há quinhentos anos, a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação, raramente aproximam as crianças de conceitos como civilidade e cidadania.” (2000, p.105).

Para mudar esta história, é preciso refletir sobre estes conceitos a partir de algumas conquistas já consolidadas na sociedade, como a “democracia cidadã” ou de uma “cidadania participativa”, e neste caso, a participação das crianças/adolescentes pode ser o caminho para a difusão dos direitos sociais como extensão da cidadania infanto-juvenil. Para tanto, convém socializar algumas experiências alcançadas com este projeto na direção da cidadania infanto-juvenil.

### **Oficinas de cidadania – a experiência no bairro Nossa Senhora das Graças**

Encontra-se em andamento em um bairro popular do Município de Itajaí, o bairro Nossa Senhora das Graças, o Curso “Oficinas de Cidadania” para crianças da comunidade. O curso foi montado a partir dos módulos do Caderno e é coordenado pelos bolsistas do Programa, atende em torno de 15 crianças na sede da Associação de Moradores aos sábados pela manhã. O Curso, em realização desde maio de 2007, utiliza em conjunto o primeiro Módulo e o terceiro Módulo, isto é, as atividades são pensadas a partir dos temas ambientais e da ação coletiva.

Possibilita-se a estas crianças/adolescentes a oportunidade de sonhar com um bairro em melhores condições com o objetivo principal de desconstruir a visão negativista de mundo ofertado à população de baixa renda, especialmente a visão conformista de que “as coisas são assim mesmo” para a visão de que “as coisas ESTÃO assim, mas podem mudar”. É Freire (2002, p.85) quem, mais uma vez, ensina que “não sou apenas objeto da história mas seu sujeito igualmente,” podendo desta forma participar ativamente da história. Esta experiência pode ser mais bem entendida através da atividade do Tabuleiro. O jogo consiste em um grande tabuleiro com 30 casas, 4 piões gigantes coloridos feitos de cartolina, e um dado grande feito de papelão. Nesta atividade a intenção é de que as crianças/adolescentes criem um tabuleiro para um jogo, onde elas mesmas criam a história e as regras. As crianças criavam frases positivas e negativas para um cidadão, com respectivas bonificações e penalidades, como por exemplo:

Você está bêbado, volte duas casas. Você poluiu o rio, volte 7 casas. Você respeitou o trânsito, avance 8 casas. O prefeito limpou o esgoto, avance 5 casas. Você parou de fumar, avance 5 casas. O prefeito deu o bolsa família. Avance 9 casas. Você jogou lixo no chão, fique uma rodada sem jogar.

A diversão era garantida quando o tabuleiro era jogado, e é claro que não tínhamos a ilusão de que quando jogando as crianças estavam prestando atenção nos atos positivos ou negativos de um cidadão, afinal a competição falava mais alto. Mas a grande idéia da atividade era fazer com que as

crianças refletissem sobre sua realidade local e os possíveis atos de um cidadão consciente e participativo. Como ensina Freire:

E não se trata obviamente de impor à população que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer que para mudar o mundo. Trata-se na verdade – não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, como evangelização ou com todas elas, de simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não poderá ser mudado (Freire, 2002, p.89).

Ao final do jogo, se faz uma roda para discutir as frases criadas a partir da realidade social e os possíveis modos de intervenção e de participação. Afinal, como afirma Freire, a educação é uma forma de intervenção no mundo:

Não há dúvida, que as condições materiais em que e sob que vivem os educandos lhes condicionem a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios. Preciso agora saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. No fundo, diminuo a distância que me separa das condições malvadas em que vivemos explorados, quando, aderindo realmente ao sonho de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue porque se disse que ela chegará (2002,p.155-156).

As fotos abaixo mostram o jogo aplicado:

Figura 1: Curso de cidadania



Fonte: acervo particular

Outra atividade que estimula a autonomia das crianças é a construção de conceitos, como falar sobre cidadania e criança. As respostas dispensam comentários:

- “Criança é uma pessoa que gosta de aprender as matérias. Sim.” S., 9 anos.
- “Criança é uma pessoa saudável, alegre, espontânea e livre para tudo. Criança é cidadã porque as vezes não cumprem as regras mais tentam cumprir.” J., 14 anos.

- “Criança é uma pessoa que gosta muito de brincar e sonhar e desejar qualquer coisa. Gosta de contar histórias e de receber carinhos e abraços. Criança não é cidadã porque não tem noção do que faz.” J, 14 anos.

Figura 2: Curso de cidadania



Fonte: acervo particular

- “Criança é aquela que pode ter liberdade para brincar, tem carinho dos pais e bastante saúde, uma pessoa educada. Não é uma criança-cidadã. Cidadãos somos nós, brincar e estudar.” A., 13 anos.
- “Criança é uma pessoa pequena que gosta de brincar muito. Ela é cidadã.” F., 13 anos.
- “Criança é uma pessoa que gosta de brincar, descobrir novas coisas e ser feliz. Criança é cidadã porque nós crianças queremos cuidar do nosso bairro e o homem está destruindo a mata.” J., 12 anos.

Porém, a atividade mais significativa foi o plantio de mudas nativas no próprio bairro após a visita das crianças no Viveiro Fazenda Nativa, como parte das atividades em cidadania ambiental. O plantio representou, para as crianças, muito mais do que evitar novos danos ambientais ao bairro. Foi um avanço em termos de consciência ambiental e um benefício social de primeira grandeza para quem deseja ver a sua realidade transformada.

Figura 3: Curso de cidadania



Fonte: acervo particular

## Considerações Finais

Nestes quatro anos de atuação do Programa, podemos concluir que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Após a publicação do Caderno de Cidadania, em 2006, as parcerias firmadas em

2007 demonstram que uma outra cidadania para crianças e adolescentes é possível. Seja na escola, ou na comunidade, o importante é perceber que se caminha para a consolidação de uma rede que está dinamizando e potencializando as crianças e adolescentes como cidadãos autônomos e conscientes de seu papel na sociedade. A parceria com as escolas traduz o esforço em contribuir para o enfrentamento dos problemas de exclusão e violência infantil por meio de uma nova ferramenta pedagógica. Já a parceria com a comunidade, através do curso no bairro N.S. das Graças, tem permitido que as crianças participem dos problemas sociais e ambientais do bairro, como mostrou a atividade do tabuleiro e do plantio. Diante dessa realidade, a inserção deste projeto junto à população infanto-juvenil tem possibilitado a criação de espaços de ação-reflexão-intervenção nas comunidades e nas escolas ao permitir o desenvolvimento da autonomia e da tomada de consciência da cidadania das crianças e adolescentes frente à sua realidade. O Programa tem contribuído para a formação de multiplicadores do Caderno de Cidadania através das Oficinas que permitem a construção conjunta de conhecimentos e da disponibilização de informações necessárias à plena formação do cidadão. Neste contexto, o Programa de Formação em Cidadania Infanto-Juvenil possui uma longa caminhada pela frente, motivado mais pelos desafios que se descortinam no dia a dia, do que pelas conquistas alcançadas.

## Referências

- BENEVIDES, Maria Victoria de M. *A cidadania ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Àtica, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. São Paulo: Atica, 1999.
- CANDAU, V. M., SACAVINO, S. B., MARANDINO, M., MACIEL, A. G. *Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas: Autores Associados, v.1, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania Pequena*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 22ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- PRIORE, Mary del. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**Resumo:** Este artigo apresenta o Programa de Formação da Cidadania Infanto-Juvenil que resultou na publicação do livro *Caderno de Cidadania*. Seu objetivo é o fortalecimento da cidadania infanto-juvenil na perspectiva da autonomia e da emancipação da criança na sociedade brasileira. Para concretizar este objetivo o Caderno foi construído de forma participativa, unificando três projetos, o Projeto “Cidadania e Meio Ambiente na Escola: A Cartilha do Cidadão Mirim”, “Direitos Humanos no Banco Escolar” e “Ação Cidadã: Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente numa comunidade”. O caderno integra as habilidades/competências que contribuem para a formação de cidadãos conscientes e ativos na defesa e na proteção de seus direitos fundamentais e do patrimônio ambiental, fazendo da escola um espaço de formação e instrumentalização para a cidadania.

**Palavras-chave:** Cidadania; Direitos; Infância e Juventude.

**Abstract:** This article presents the Program of Formation of the Infanto-youthful Citizenship that resulted in the publication of a book Notebook of Citizenship. Its main objective is to encourage the infanto-youthful citizenship in the perspective of the autonomy and the emancipation of the child in the Brazilian society. To materialize this objective the Notebook was constructed unifying three different projects: the Project “Citizenship and Environment in the School: The notebook of the Mirim Citizen, “Right Human beings in the Pertaining to school Bank” and “Action Citizen: Application of the Statute of the Child and the Adolescent in a community”. The notebook integrates the abilities that in such a way contribute for the formation of conscientious and active citizens in the defense and protection of its basic rights and the ambient patrimony, making the school space of formation of citizenship.

**Key-words:** Citizenship; Right; Child and the Adolescent.